



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

## O JORNALISMO DE VEJA NA COBERTURA DO SEQUESTRO DOS URUGUAIOS, 1978-1980

*The journalism of Veja in the coverage of the kidnapping of uruguayans, 1978-1980*

*El periodismo de Veja en la cobertura del secuestro de los uruguayos, 1978-1980*

**Paula Sperb**

Jornalista com estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)  
*paulasperb@gmail.com*

**Felipe Boff**

Professor de Jornalismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)  
*felipe.boff@acad.ufsm.br*

### Resumo

Este artigo resgata e analisa, sob aspectos conceituais do jornalismo de revista, a histórica série de reportagens da revista *Veja* sobre o Caso do Sequestro dos Uruguaios em Porto Alegre. Ao longo de 34 textos, publicados entre novembro de 1978 e dezembro de 1980, o jornalista Luiz Cláudio Cunha e seus colegas contribuíram para evitar a morte de reféns, identificar parte dos sequestradores e levá-los a julgamento em plena ditadura militar. O caso, relatado na dupla condição de repórter e testemunha, revelou a colaboração entre ditaduras no Cone Sul, que mais tarde seria conhecida como Operação Condor.

**Palavras-chave:** jornalismo de revista. Operação Condor. Sequestro dos Uruguaios..

### Abstract

This paper restores and analyses, under the concepts aspects of magazine journalism, the historical series of articles of *Veja* magazine about the Case of the Kidnapping of the Uruguayans in Porto Alegre. Through 34 texts, published between november of 1978 and december of 1980, the journalist Luiz Cláudio Cunha and his colleagues contributed to avoid the death of the hostages, to identify part of the kidnappers and take them to court in broad military dictatorship. The case, reported in a double condition, as reporter and testimony, revealed the collaboration between the dictatorships of Southern Cone that later would be known as Operation Condor.

**Key words:** magazine journalism. Operation Condor. Kidnapping of the Uruguayans

### Resumen



Este artículo rescata y analiza, bajo los aspectos conceptuales del periodismo de revista, la histórica serie de reportajes de la revista *Veja* a respecto del Caso del Secuestro de los Uruguayos en Porto Alegre. A lo largo de 34 textos, publicados desde noviembre de 1978 hasta diciembre de 1980, el periodista Luiz Cláudio Cunha y sus compañeros contribuyeron para evitar la muerte de rehenes, identificar parte de los secuestradores y llevarles a juicio en plena dictadura militar. El caso, relatado en doble condición de reportero y testimonio, reveló la colaboración entre dictaduras del Cono Sur, que más tarde sería conocida como Operación Condor.

**Palabras clave:** periodismo de revista. Operación Condor. Secuestro de los Uruguayos.

## 1 INTRODUÇÃO

A cobertura do caso que ficaria conhecido como o “Sequestro dos Uruguaios”, realizada pelo jornalista Luiz Cláudio Cunha e por sua equipe e publicada na revista semanal *Veja*, confrontando as ditaduras do Brasil e do Uruguai, é um dos trabalhos emblemáticos do jornalismo brasileiro. Foi reconhecida com o Prêmio Esso de Jornalismo em 1979 e, anos mais tarde, transformada em livro-reportagem, venceu o Prêmio Jabuti desta categoria, em 2009. Quatro décadas depois dos acontecimentos e à luz de conceitos que a produção acadêmica consolidou ao longo do período, o conjunto de 34 reportagens permite fazer novas reflexões sobre gêneros, linguagens e práticas jornalísticas, objetivo do presente artigo. A seguir, buscaremos: 1) explicar o quadro histórico da cobertura; 2) observar suas características, identificando singularidades e elementos próprios do jornalismo de revista; e 3) tecer considerações sobre o fazer jornalístico da cobertura em questão.

A ditadura militar brasileira instaurada em 1964 manteve o jornalismo nacional amordaçado com censura prévia, apreensão de publicações e perseguições a profissionais e veículos (BARBOSA, 2007; PILAGALLO, 2012; MARTINS & DE LUCA, 2008). “Na grande imprensa, a publicação submetida à censura com mais rigor e por mais tempo foi a *Veja*”, observa Pilagallo (2012, p. 184). Sob o governo do general Ernesto Geisel, a censura aliviaria no final dos anos 1970, quando começa o período de distensão que culminará na saída dos militares e no retorno à democracia, em 1985.

Para Marialva Barbosa (2007, p. 227), “a conjuntura política dos anos 1970 foi fundamental para a construção de um cenário no campo jornalístico, no qual os próprios atores irão se autoconstruir como descortinadores de assuntos envoltos em silêncio pela sua carga de conflito”. Thomaz Souto Corrêa (2008, p. 221-222) afirma que a “postura

combativa” da revista *Veja* fora “abafada, mas não extinta, na era da censura dos militares”, e aponta uma retomada de força, com jornalismo investigativo, no processo de abertura política.

Nesse período, o pano de fundo geopolítico do continente, no entanto, compunha um cenário grave. Na Argentina, no Uruguai e no Chile, a ferocidade dos regimes militares fazia milhares de vítimas fatais e ocultava o sistema de colaboração entre as ditaduras do Cone Sul. Era a Operação Condor, então desconhecida dos jornalistas e da sociedade. Fora estabelecida secretamente entre representantes dos quatro países, mais Bolívia e Paraguai, em 1975 (QUADRAT, 2002, p. 168). Entre as ações da Condor estava a promoção de “troca” de prisioneiros entre países sem registro de entrada ou saída, tanto para os detidos quanto para os policiais (QUADRAT, 2002, p. 178). Maria Jandyra Cunha resume a colaboração entre as ditaduras na operação:

[...] a Condor operou de três maneiras, às vezes simultâneas. A primeira foi a formalização de troca de informações entre os serviços de inteligência, com a criação de um banco de dados sobre pessoas, organizações e atividades de oposição aos governos ditatoriais. A segunda foi a operação conjunta nos países e a troca de prisioneiros, com os agentes da repressão local envolvidos na localização e prisão de opositores caçados por governos estrangeiros. A terceira maneira, a mais arrojada, foi a execução e atentados fora do Cone Sul. (CUNHA, M.J., 2015, p. 146-147)

No fim da década de 1970, o jornalista gaúcho Luiz Cláudio Cunha flagraria essa segunda forma de ação e, com seu relato jornalístico em *Veja*, garantiria que, ao menos naquele caso, não se avançasse à terceira forma.

## 2 O CASO DO SEQUESTRO DOS URUGUAIOS E O JORNALISMO DE REVISTA

A cobertura de *Veja* sobre o sequestro dos uruguaios em Porto Alegre começa com a reportagem “Onde estarão?”, publicada em 29 de novembro de 1978, e termina com “Dezembro feliz”, em 31 de dezembro de 1980, perfazendo um total de 34 textos. O primeiro deles é o relato do flagrante jornalístico que desvela a própria existência do caso: no dia 17 de novembro de 1978, Luiz Cláudio Cunha e o fotógrafo JB Scalco, ao checar pessoalmente uma informação anônima sobre uruguaios desaparecidos em Porto Alegre, encontram a uruguaia Lilián Celiberti, 29 anos, em seu apartamento, mas feita refém por homens armados; estes também rendem os jornalistas, liberando-os pouco depois sem maiores explicações e exigindo que não divulguem nada. A partir desse flagrante, Lilián não é mais vista, e os jornalistas descobrem que, além dela, estão desaparecidos os outros três moradores do apartamento: os dois filhos de Lilián - Camilo, de 8 anos, e Francesca, de 3 - e Universindo Rodríguez Díaz,

27 anos, seu companheiro de exílio e militância no Partido por la Victoria del Pueblo (PVP), adversário da ditadura uruguaia. O transcorrer da apuração de Cunha e colegas de equipe, acompanhados por jornalistas de outros veículos que também dão destaque ao caso, comprovaria que os quatro foram capturados na capital gaúcha por agentes da repressão dos dois países e levados clandestinamente ao Uruguai - o casal foi mantido incomunicável na prisão; as crianças foram entregues dias depois aos avós em Montevidéu.

Como afirma Benetti (2013, p. 45), o jornalismo de revista é um “tipo bastante específico de discurso, que constrói sentidos sobre o mundo de forma lenta, reiterada, fragmentada e emocional”. Esse tipo de discurso, de fato, fica evidente no Caso do Sequestro dos Uruguaios. Dessas características, sobressaem a forma “lenta”, uma vez que a cobertura abrangeu um período de dois anos, e a forma “reiterada”, já que o tema era abordado com frequência na revista, muitas vezes por semanas seguidas. No livro-reportagem em que esmiuça a cobertura e a contextualiza com profunda apuração sobre a Operação Condor, Cunha (2019) ressalta esses aspectos:

No intervalo entre a dúvida do paradeiro dos sequestrados e a certeza da verdade resgatada decorreram 630 dias, quase 21 meses, cerca de dois anos de árdua investigação - superando mentiras escarpadas, cavando fontes amedrontadas, respirando a poeira do acobertamento, procurando atalhos seguros para chegar ao cume das responsabilidades e ao esclarecimento dos fatos. (CUNHA, 2019, p. 19)

Importante notar a existência desse “outro tempo”, próprio do jornalismo de revista, que diz respeito não somente à extensão ou à frequência da cobertura, mas também ao processo de produção de cada texto, no que também configura-se próprio de um gênero jornalístico, o da reportagem. Aqui, vemos que a conceituação de Benetti coaduna-se com a concepção de Cunha sobre o gênero: “A reportagem é uma longa travessia que contraria as práticas e os limites de tempo sempre estritos da notícia” (CUNHA, 2009, p. 19).

Edvaldo Pereira Lima (2009, p. 18) considera que a reportagem começa a se afirmar justamente a partir da criação da “revista semanal de informação geral”, a *newsmagazine*, na década de 1920, com o lançamento da *Time*, nos Estados Unidos. Nas décadas seguintes o modelo é replicado no mesmo país, pela *Newsweek*, e globalmente, inclusive por *Veja* (CARDOSO, 2007; VILLALTA, 2002; CORRÊA, 2008).

A atualidade, idéia de tempo presente, ganha diferentes contornos, de acordo com a periodicidade do veículo em que é inserida. Assim, no jornal diário o

atual é o ocorrido ontem, há poucas horas. Na revista semanal, o atual é a ocorrência social que resiste um pouco mais ao tempo, por causar maior impacto público e perdurar reverberando na sociedade, à medida que suas causas e origens vão sendo descobertas, identificadas no transcorrer dos dias, à medida que também sua rede de implicações e conseqüências se torna visível. (LIMA, 2009, p. 30-31)

Para Cunha (2009, p. 19), “Se a notícia é o urgente relato de um fato, a reportagem é a descrição ampliada e circunstanciada desse acontecimento”. Aí reside um primeiro traço distintivo da cobertura do jornalista de *Veja*. A noção de que a urgência exige o tempo do jornal, e não da revista, o leva a abrir mão do “furo”. Ele coopera inicialmente com o correspondente do jornal *O Globo*, que cita seu testemunho e denuncia o sequestro dos uruguaios em matéria de 21 de novembro de 1978 (QUARESMA, 1978, p. 10), oito dias antes da revista, portanto. A compreensão de que a função social do jornalismo está acima de interesses pessoais e empresariais fará com que Cunha colabore amplamente com colegas de outros veículos ao longo de toda a cobertura (CUNHA, 2009).

## 2.1 Repórter, testemunha e fonte

A colaboração com outros jornalistas, entretanto, decorre ainda de uma característica singular: a dupla condição de repórter e testemunha. Assim, Cunha se torna fonte dos colegas. Tal condição também permite que escreva em primeira pessoa em determinados momentos:

O homem que me apontava a arma, um sujeito de uns 30 anos, magro, altura mediana, cabelos entre castanhos e ruivos, bigodes compridos caindo pelo lado da boca, perguntou-me: "San Pablo?" E, com as mãos erguidas, fomos empurrados para dentro do apartamento já dominados por trás pelo sujeito que havia subido as escadas momentos antes. (...) Fomos revistados, e o sujeito de bigode, que me apontara uma pistola grande, prateada, aparentemente calibre 45, pareceu surpreso ao me ver falar em português. Num misto de irritação e surpresa, perguntou, desta vez em português, por que estávamos ali, quem ligara, quem era, quem nos acompanhava e, afinal, se costumávamos sair atrás de “qualquer telefonema” que recebíamos. “Eu faço o meu trabalho como vocês fazem o de vocês. Quando eu recebo uma informação, eu checo. É o que eu estou fazendo agora. E pelo jeito, a informação era correta. Mas parece que cai numa fria, não?”, perguntei de volta. “Uma baita fria, cara”, respondeu um homem entroncado, quase sem pescoço, cabelo bem curto, ao lado do chefe dono da pistola apontada contra a cabeça de Scalco. (CUNHA, 1978d, p. 30-31)

O uso da primeira pessoa é incomum no estilo *newsmagazine*, em que a autoria tende a ser apagada ou diluída. O texto das revistas semanais passa por sucessivos tratamentos na cadeia hierárquica da redação até chegar à versão publicada, envolvendo diversos atores no

“processo de construção do discurso da revista” (FURTADO, 2013, p. 155-156). No Caso do Sequestro dos Uruguaios, ainda que tenha sido editado, o texto em primeira pessoa conserva a marca autoral indelével de testemunho - depoimento que será repetido depois a diferentes esferas oficiais de investigação.



Figura 1. Na foto, Scalco e Cunha, à frente do sequestrador Didi e do delegado Pedro Seelig, antes de depor como testemunhas. Fonte: Acervo/Veja

Para além do primeiro relato, a condição de testemunha do repórter é mantida ao longo de toda a cobertura. E é através dela que Cunha atinge os principais marcos da apuração, por exemplo, quando ele e o fotógrafo JB Scalco reconhecem como sequestradores o ex-jogador Didi Pedalada (CUNHA, 1978e) e o homem de codinome “Irno” (CUNHA, 1979r), agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) que os renderam no apartamento de

Lilián. Mas essa posição, ao mesmo tempo em que conferia ao trabalho de *Veja* uma exclusividade imbatível, trazia algumas desvantagens:

Minha condição de testemunha era um privilégio que, em certos momentos, esmagava minha condição de repórter. Atrapalhava mais que ajudava. Algumas entrevistas, alguns encontros, alguns movimentos ficavam prejudicados pelo carma de acusador, do sujeito que poderia com sua palavra abrir uma nova frente de investigação. Eu era sempre uma entrevista em potencial, uma notícia ambulante, abordado sempre que encontrava um grupo de jornalistas - condição que me incomodava e às vezes me tirava da pauta diária da reportagem. (CUNHA, 2009, p. 301)

O fato de ser ele próprio uma testemunha não impediu Cunha de realizar a “apropriação do testemunho do outro”, conforme Maia e Barretos (2018, p. 215-216), e conferir a este uma centralidade no relato jornalístico. A segunda reportagem da série abre com um texto em itálico:

*Os homens nos prenderam na saída do apartamento. Em seguida, levaram a mim e a Francesca a um quartel onde ninguém usava uniforme nem gravata. Era um prédio grande, na cidade, em frente a um arroio com duas ruas, uma de cada lado. Ficamos lá até as 9 horas da noite. Não vi mais minha mãe. Entramos num carro brasileiro, e viajamos a noite toda. Na fronteira, trocamos de carro, passamos para um carro uruguaio e dali fomos para uma casa em Punta del Este, como eles me disseram. O que eu sei é que já tínhamos passado a fronteira. Os que nos prenderam eram brasileiros, mas havia junto dois uruguaios, dois homens que falavam castelhano. [grifo original] (CUNHA, 1978b, p. 29)*

O trecho acima é o testemunho, obtido por Cunha, do menino Camilo, já em Montevidéu, descrevendo o prédio onde ficaram detidos em Porto Alegre e relatando a operação clandestina de sequestro e deportação promovida pelos agentes dos dois países, em franca cooperação. É um testemunho poderoso e inabalável, tanto mais por ser de uma criança de 8 anos, cuja apropriação jornalística se completa com a reconstituição de “rastros” e o cruzamento de fontes, que configuram o “trabalho mais pormenorizado de investigação” dos jornalistas (MAIA e BARRETOS, 2018, p. 216). Um exemplo desse movimento, na reportagem seguinte (CUNHA, 1978c, p. 34), é a identificação, por foto, do lugar descrito por Camilo. No texto, é curioso notar outro recurso incomum no jornalismo, que é o discurso em terceira pessoa referindo-se à ação do próprio repórter (uma necessidade, talvez, da condição dupla permanente de repórter e testemunha):

[...] o garoto Camilo, de 8 anos, filho de Lilian Celiberti, o nome mais conhecido do grupo de seqüestrados, interrompeu seu jogo de futebol na segunda-feira da semana passada, em Montevidéu, para conversar com Luís

Cláudio Cunha, de VEJA, que presenciara durante mais de 20 minutos parte da ação que se realizou no pequeno apartamento das vítimas. Cunha mostrou-lhe três fotografias. As duas primeiras eram da partida de futebol entre as equipes do Internacional e do Caxias, realizada no mesmo dia do seqüestro, e que Camilo e seu amigo Universindo Diaz pretendiam assistir. Ao examinar a terceira foto, o garoto surpreendeu-se: “Olha, foi neste prédio que eu e minha irmã Francesca estivemos. Eles nos levaram para o 2.º andar”. A fotografia mostrava o prédio onde funciona a Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. No 2.º andar, está a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). (CUNHA, 1978c, p. 34)

## 2.2 O papel-chave do fotojornalismo

Os recursos fotográficos compõem outro traço singular no Caso do Sequestro dos Uruguaios. A estratégia que permitiu o reconhecimento da sede do DOPS como primeiro lugar de detenção dos sequestrados seria repetida depois com uma fotografia obtida a muito custo de Faustina Elenira Severo, para a qual *Veja* mobilizou dois fotógrafos: Olívio Lamas, que atraiu a mulher até a janela com um grito, e Ricardo Chaves, o Kadão, que conseguiu fazer o clique. Levada até Camilo em Montevideú, a imagem confirmaria que Faustina era a escritã encarregada de vigiar as crianças no DOPS antes do traslado clandestino ao Uruguai (CUNHA, 1979l, p. 33). Kadão também foi fundamental no reconhecimento do primeiro sequestrador, o ex-jogador Didi Pedalada, ao encontrar fotos dele em um arquivo de jornal.



Figura 2. Camilo com a foto do DOPS. Fonte: Acervo/Veja



Figura 3. Didi, identificado por foto de arquivo. Fonte: Acervo/Veja



Figura 4. Faustina fotografada na janela. Fonte: Acervo/Veja

Cunha reconhece, em seu livro-reportagem, a importância dos parceiros não apenas no registro de imagens, mas na apuração em si:

A série do seqüestro tem um detalhe curioso: a intervenção decisiva de três fotógrafos em momentos pessoais que não registram um simples clic, não renderam uma única foto. João Baptista Scalco, que estava ao meu lado quando fomos recebidos com pistola na cara no apartamento de Lilián e Universindo, não pôde apontar sua câmera para os policiais, mas reconheceu com firmeza o rosto dos sequestradores impresso com nitidez em sua memória fotográfica. Olívio Lamas teve a idéia e deu o berro poderoso que trouxe à luz o rosto do agente do DOPS que custodiou as crianças seqüestradas. Ricardo Chaves teve uma participação decisiva quando, pelo detalhe e não pelo retrato, resgatou a pista já descartada na identificação de um dos seqüestradores. A conclusão dessa tripla experiência sem fotos é que todos os três, em momentos distintos da apuração, justificaram como ninguém a condição de repórter-fotográfico. (CUNHA, 2009, p.20)

A fotografia também foi determinante em outro ponto-chave da cobertura, o reconhecimento de “Irno”, codinome do inspetor João Augusto da Rosa. Uma foto dele ainda jovem havia sido o suficiente para que Cunha e JB Scalco o apontassem como “chefe do seqüestro”, o cabelo e bigodudo que coordenava as ações no apartamento de Lilián (CUNHA, 1979r, p. 20-23). Mas, a partir disso, o caso ganharia contornos tragicômicos. Irno,

até então recluso, apresentou-se à imprensa com aparência totalmente distinta: careca e de barba longa, sem bigode. A tentativa de mudar de imagem para desmentir o reconhecimento incluiu até a confecção de uma carteira de identidade, que foi logo contestada pelos jornalistas por ser recente. A “calvície” raspada à máquina tampouco passou despercebida. A manobra foi denunciada por *Veja* na edição seguinte (CUNHA, 1979s, p. 31), mas exigiu uma verdadeira investigação de imagem à parte, objeto de mais três reportagens, até se chegar à comprovação da fisionomia de Irno na época do sequestro:

Uma fotografia da polícia gaúcha é, desde a última terça-feira, a prova definitiva de que o inspetor do DOPS João Augusto da Rosa, o “Irno”, chefiou o seqüestro dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz, no dia 17 de novembro de 1978, em Porto Alegre. A fotografia, de janeiro daquele ano, mostra Irno com os cabelos caindo sobre testa, de bigodes longos, sem barba - exatamente como ele se apresentou, de arma na mão, aos jornalistas Luiz Cláudio Cunha e JB Scalco, testemunhas da operação que envolveu policiais brasileiros e uruguaios. (CUNHA, 1980d, p. 24)



Figura 5. Irno tenta mudar o visual para não ser reconhecido. Fonte: Acervo/Veja



Figura 6. Foto da ficha funcional no DOPS confirma a fisionomia de Irno. Fonte: Acervo/Veja

### 2.3 Autoridade de revista

O Caso do Sequestro dos Uruguaios em *Veja* é um exemplo de como a revista enquanto dispositivo “institui relevância a um conjunto de fatos e assuntos” (SCHWAAB, 2013, p. 58). Isso é possível, entre outros fatores, porque a revista possui um “inerente princípio ordenador” (SCHWAAB, 2013, p. 58). No conjunto de reportagens analisadas, o caso obteve relevância por um caminho duplo. Por um lado, a constante cobertura, com o tema estampado nas páginas da revista ao longo de dois anos; por outro lado, a participação dos repórteres como testemunhas do sequestro tornou a cobertura e investigação do caso como “obrigatória”, outorgando-lhe ainda mais relevância. A participação dos repórteres também converge para a ideia de autoridade do enunciador no discurso do jornalismo de revista. Entretanto, a noção de autoridade da revista estaria presente mesmo que os repórteres não tivessem sido testemunhas. Isso porque a revista “está autorizada a falar” (BENETTI, 2013, p. 54), pois seguiu uma série de métodos e procedimentos de apuração, checagem e redação que levam, ou deveriam levar, a uma informação fidedigna. Porém, pelo fato de jornalistas terem estado presentes no momento do sequestro de Lilián Celiberti, a ideia de autoridade da revista é reforçada. Acerca da ideia de autoridade, Benetti afirma:

De forma geral, o dispositivo de autoridade sustenta a ideia de que a revista está autorizada a falar porque fez o trabalho de apuração, sabe o que é novo e atual, estava no local dos acontecimentos, selecionou com rigor o que publicar, buscou o melhor especialista, não está apenas emitindo “uma opinião”, traz dados precisos e modos de mensuração, sabe o que é científico. São inúmeros os modos de construir esse dispositivo, e o jornalismo os utiliza de forma recorrente. (BENETTI, 2013, p. 54)

Logo, na cobertura de *Veja*, é como se a noção de autoridade intrínseca ao jornalismo de revista fosse potencializada pela participação dos repórteres como personagens da história que reportavam. O conjunto das reportagens pode ser entendido também como uma “celebração editorial” (SCHWAAB, 2013, p. 58). Isso porque, além da reportagem propriamente dita, é possível que haja um “viés estratégico” (idem). Para Schwaab, o “viés estratégico” do jornalismo de revista ocorre quando há o “enquadramento do próprio campo jornalístico e a reiteração de seu valor na oferta de produtos e saberes” (ibidem).

O conjunto de reportagens permite identificar tal enquadramento em diversos momentos, especialmente quando há o uso da primeira pessoa no texto, recurso raro no jornalismo de *Veja*, e em passagens que destacam o papel de testemunha dos repórteres. No caso de Cunha, a menção de que se tratava do “chefe da sucursal de *Veja*” em Porto Alegre (CUNHA, 1978a, p. 34). Tal identificação de cargo e hierarquia, que reforçam a ideia de autoridade, ocorre já na primeira reportagem.

As reportagens da cobertura receberam destaque na capa de *Veja* apenas duas vezes. A primeira foi no princípio da cobertura, destinada à segunda reportagem, em ordem cronológica, do conjunto de 34 textos analisados. Por sua vez, a ocorrência seguinte surgiu apenas um ano depois. Como afirma Benetti (2013, p. 52), “o acontecimento que ‘ganha’ a capa de uma revista semanal de informação geral é o resultado de uma série de movimentos”. Para Benetti, algumas características e situações colaboram para que um tema estampe a capa de uma revista. No contexto de escolha da reportagem destacada em capa, influem certos aspectos como se “houve investimento de reportagem” e “a percepção do veículo de que aquele tema é importante para o leitor” (BENETTI, 2013, p. 52).



Figura 7. Capa de *Veja* de 6 de dezembro de 1978. Fonte: Acervo/*Veja*

Na primeira chamada de capa, em 6 de dezembro de 1978, *Veja* estampava no lado esquerdo superior: “O sequestro dos exilados uruguaios”. A chamada ocupou o espaço reservado ao segundo tema mais importante da edição. Ao contrário do primeiro texto sobre o caso na revista, mais discreto, agora a reportagem ocupava três páginas, informava que os uruguaios haviam reaparecido em Montevideu e trazia o depoimento do menino Camilo, fundamental para comprovar a ação clandestina associada das forças de repressão do Brasil e do Uruguai.

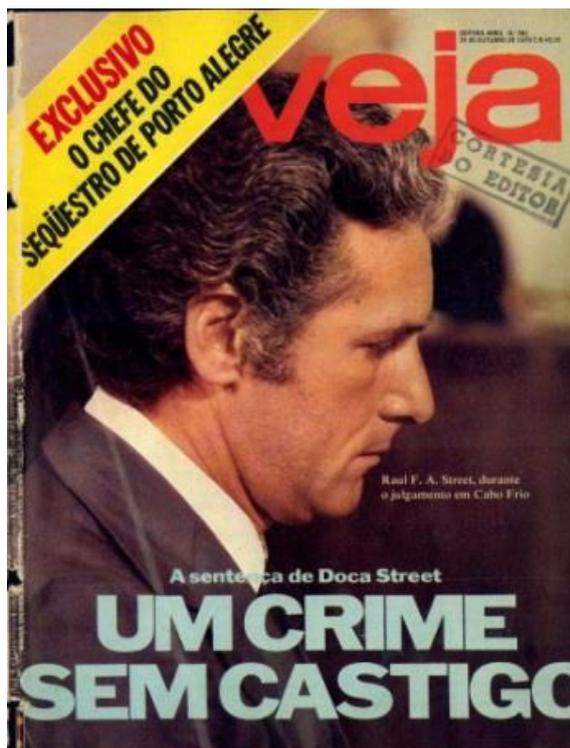


Figura 8. Capa de *Veja* de 24 de outubro de 1979. Fonte: Acervo/*Veja*

Em outubro de 1979 o tópico volta a ser capa. A chamada ocupou novamente o canto esquerdo superior: “Exclusivo: O chefe do sequestro de Porto Alegre”. O tema perdeu o destaque principal na capa para o julgamento de Doca Street, assassino de Ângela Diniz que permaneceu impune. Chama atenção que feminicídio e democracia ameaçada infelizmente permaneçam temas atuais mais de quatro décadas depois desses fatos.

#### 2.4 Democracia e “desvio” da legalidade

A revisão do conjunto de 34 reportagens de *Veja*, entre 1978 e 1980, permite concluir que a atuação dos jornalistas, tanto no papel de testemunhas do crime como no papel de repórteres, foi fundamental para o desfecho dos fatos, com uma condenação de policiais até então inédita na ditadura. A cobertura contribuiu para fiscalizar as autoridades, cobrar explicações, exigir respostas e apontar a morosidade da investigação. Como afirmam Guareschi e Biz (2005), o profissional de comunicação é fundamental para a democracia de um país. No caso dos jornalistas que cobriram o sequestro dos uruguaios, em um contexto de ditadura militar que rumava para uma abertura “lenta e gradual”, torna-se evidente como o trabalho foi crucial para tornar a sociedade mais democrática.

Talvez não haja profissão tão importante à democracia de uma nação e, ao mesmo tempo, tão ambivalente e difícil, como a do profissional da comunicação. Ele é um trabalhador bem diferente dos outros, porque dele depende, nos dias atuais, em grande parte, a democracia de uma nação. Isso porque, numa sociedade democrática, o papel da mídia deve ser o de promover o exercício de discussão crítica dos problemas que atingem a nação; em outras palavras, exercitar a discussão verdadeiramente política de tudo o que se refere ao andamento não só do país, como do mundo. (GUARESCHI e BIZ, 2005, p. 81)

Além de “promover o exercício de discussão crítica dos problemas que atingem a nação”, o trabalho de Cunha e seus colegas pode ter feito muito mais: poupou que Lilián e Universindo fossem mortos pela Operação Condor, como tantos outros militantes, e evitou Francesca e Camilo fossem entregues clandestinamente a outras famílias, como ocorreu com centenas de filhos de militantes nas ditaduras da Argentina e do Uruguai.

Retomando a definição de Benetti (2013, p. 55) para o jornalismo de revista, algumas características compatíveis com a cobertura de *Veja* são: “privilegia temas de longa duração; está subordinado a interesses econômicos, institucionais e editoriais; institui uma ordem hermenêutica do mundo; (...) define parâmetros de normalidade e de desvio; contribui para formar a opinião e gosto”. O Caso do Sequestro dos Uruguaios é fundamentado especialmente na definição de “desvio” evocada pela pesquisadora. Desde a primeira reportagem da série, a revista adota acertadamente o termo “sequestro” para dar conta do sentido do sumiço dos uruguaios, expressão que denota imediatamente “desvio” da legalidade por parte dos agentes envolvidos.

Na primeira edição de 1979, *Veja* informava que, apesar de revelada a identidade de um dos sequestradores, o inquérito estava parado (CUNHA, 1979a, p. 32-34). A cobrança sistemática de solução para o caso seria uma das estratégias de cobertura, realizada de diferentes modos, uma vez que, ao contrário da apuração jornalística, a investigação policial emperrava a todo instante. Em determinados momentos, a revista vale-se até de certa ironia - que no futuro, acentuada e em sentido depreciativo, viria a se tornar uma das marcas de seu discurso (BENETTI, 2007) -, visível já nos títulos de algumas reportagens. O texto “Em ritmo de férias” descreve na linha de apoio que, apesar das denúncias da revista, “Foram todos para a praia: os suspeitos, os homens da Justiça e o próprio governador” (1979g, p. 26). “Didi subversivo” contesta a esdrúxula versão das autoridades uruguaias de que houvera uma reunião de dirigentes da agremiação de esquerda PVP no dia do sequestro:

E agora o inspetor Orandir Portassi Lucas, o “Didi Pedalada”, corre o risco de passar à condição de integrante da cúpula da esquerda radical uruguaia. Isso, exatamente, é o que se pode concluir dos esclarecimentos fornecidos por autoridades do Uruguai em resposta à carta rogatória enviada pela Polícia Federal brasileira. A carta, encaminhada à Procuradoria Geral da República do Rio Grande do Sul, conta que no dia 17 de novembro do ano passado, em Porto Alegre, houve uma reunião dos dirigentes do Partido por la Victoria del Pueblo (PVP). Com eles, encontravam-se também “pessoas brasileiras”. (CUNHA, 1979n, p. 36)

Aqui, a ironia é uma estratégia discursiva para defender o esclarecimento dos fatos, um recurso aplicado à busca jornalística pela verdade. Como afirma Henri-Pierre Jeudy:

A ironia advém de uma catástrofe de crenças; não é amarga, é o sinal da inteligência comunitária. Ela aparece como um mecanismo de defesa na vida cotidiana, como um meio de contornar as normas, de brincar com as instituições, de dar razões ao que se impõe como uma necessidade e de aceitar uma racionalidade na qual se tem bastante dificuldade de acreditar. (JEUDY, 2001, p. 9)

Com a demora para a solução no caso, a revista cobra avanços nos inquéritos e revela o que chamamos de bastidores, detalhes que comumente não constam em textos jornalísticos. Porém, por tratar-se tanto de jornalismo de revista como de reportagens em que o repórter é também personagem, é possível perceber esses detalhes que poderiam ser ignorados pelo jornalismo diário tradicional, por exemplo. Ao tratar sobre como o sequestrador Didi estava sendo protegido, o repórter registra:

Didi passou até mesmo a contar com uma nutrida guarda pessoal que nos últimos dias ameaçou repórteres, confiscou e velou os filmes de um cinegrafista e bloqueou a entrada do prédio n. 148 da rua Antônio Carlos Tibiriçá, em cujo apartamento 302 reside o antigo jogador. Nas escassas vezes que esteve mais próximo de jornalistas, Didi preocupou-se em evitar fotografias e advertir: “Já estou perdendo a paciência. Se isso continuar, vou apelar”, disse ele ao grupo. (CUNHA, p. 32, 1979)

Em outra reportagem, os bastidores são revelados para demonstrar como se dá a estratégia contrária, evasiva, das autoridades. Cunha oferece o tipo de informação que raramente é vista em matérias jornalísticas, a atuação do assessor de imprensa, comprometido com um lado da história:

Na manhã de sexta-feira da semana passada, o secretário de imprensa do Palácio Piratini, Salomão Kirjner, telefonou para Luís Cláudio Cunha, chefe da sucursal de VEJA, em Porto Alegre, para avisá-lo que o governador Synval Guazzelli cancelara a audiência que lhe prometera na tarde do mesmo dia — e durante a qual Cunha pretendia indagar sobre os intrincados caminhos que tomam as investigações a respeito do sequestro dos uruguaio

(...). “O que houve?”, perguntou o jornalista. “O governador foi para a praia”, informou o assessor. (CUNHA, 1979g, p. 26)

A reportagem vem acompanhada de um *box* com o título “Em três meses a polícia só deixou dúvidas”, que elenca 10 pontos sem resposta sobre o caso, resumindo as contradições oficiais e indicando um roteiro para a investigação.

Na edição de 14 de novembro de 1979, quando o caso completou um ano, chama atenção que o registro é apenas uma matéria curta, de canto de página, intitulada “Um ano e nada” (CUNHA, 1979t, p. 30). Em três parágrafos, o texto informa que uma CPI na Assembleia Legislativa concluiu que houve crime com participação de policiais, mas, até então, nenhum dos responsáveis fora punido. Também recebeu matéria curta (apenas dois parágrafos), em 20 de fevereiro de 1980, a notícia de que o promotor do caso fora afastado antes de interrogar o suspeito de comandar a operação. O texto afirma que o promotor, ironicamente, era o único punido no caso (CUNHA, 1980a, p. 17). As matérias curtas ilustram a estratégia da recorrência do tema, mesmo que com registros menores, para não deixar o assunto morrer, como se diz nas redações.

Em um regime que utilizava a censura como forma de dominação - ainda que no período da cobertura os vetos à imprensa fossem menores, já sem a presença de censores na redação de *Veja* (PILAGALLO, 2012, p. 186) -, denunciar o silenciamento também era importante para que o tema não fosse retirado da pauta. A revista fez isso em relação ao regime uruguaio, na primeira incursão dos jornalistas a Montevidéu.

As autoridades uruguaias, de qualquer modo, não parecem dispostas a dar mais informações sobre o caso. E estão cuidando para que ninguém, no país, saiba mais alguma coisa a respeito. Assim, na quinta-feira da semana passada as edições dos jornais brasileiros *Folha da Tarde* e *Correio do Povo*, de Porto Alegre, e *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, apreendidas pelo governo logo após serem descarregadas dos ônibus em Montevidéu, porque traziam novas informações sobre o sequestro. A imprensa uruguaia, mantida sob rigoroso controle oficial e dominada por forte autocensura, não falou mais no assunto. (CUNHA, 1978b, p. 30)

O avanço da cobertura jornalística, forçando as autoridades a esclarecerem os fatos, e a consequente repercussão em um Brasil ansioso pelo fim da ditadura permitiram aos jornalistas expor cada vez mais detalhes da gravidade do caso, como a tortura sofrida por Lilián no DOPS. A 19 de março de 1989, *Veja* revelou: “Completamente nua, Lilian foi submetida a choques elétricos e outras violências. Ela não gritava ao receber os choques e os

brasileiros começaram a ficar nervosos. Então, um dos uruguaio comandou: ‘Mais voltagem, mais voltagem’” (CUNHA, 1980c, p.33).

Em 18 de junho de 1980, *Veja* publica as informações reveladas por Walter Hugo García Rivas, ex-soldado do Exército uruguaio que testemunhou ao Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai e seguiu para o exílio. Ele reconhecia Didi e apontava o capitão Eduardo Ferro como comandante da operação pelo lado uruguaio. Com o quebra-cabeças do caso praticamente montado, Cunha abre espaço na reportagem para registrar as agruras da cobertura e o risco que ele e Scalco correram:

Por meses a fio, Cunha e Scalco tentaram contornar barreiras e armadilhas plantadas por policiais solidários com os colegas criminosos. [...] dois jornalistas haviam aparecido no apartamento e o desfecho da operação tivera de ser apressado. Um outro oficial perguntou a Ferro se poderiam surgir problemas com os jornalistas. O capitão assegurou que o DOPS trataria de "fechar-lhes a boca". (CUNHA, 1980f, p. 20-21)

Em 30 de julho de 1980, pela primeira vez desde o início da cobertura, uma reportagem sobre o caso foi publicada não na editoria de “Brasil”, como de costume, mas na seção “Justiça”, ao final da revista. O texto de três páginas, penúltimo do conjunto, informava sobre a condenação dos policiais que sequestraram Lilián, Universindo e as crianças.

Dezoito meses de mentiras, simulações e tentativas de acobertamento dos policiais envolvidos no sequestro dos uruguaio Lilian Celiberti e Universindo Díaz ocorrido em novembro de 1978, caíram na semana passada sob o peso da sentença do juiz Moacir Danilo Rodrigues, de Porto Alegre. Ele condenou os agentes policiais Orandir Portassi Lucas, o ex-jogador de futebol Didi Pedalada, e João Augusto da Rosa, o Irno dos corredores do Dops gaúcho a seis meses de prisão e mais dois anos de proibição de atividade policial. Absolveu o delegado Pedro Seelig, por falta de provas suficientes, mas consignou que contra ele existiam “fundadas suspeitas”. (CUNHA, 1980h, p. 80)

A reportagem registrava que aquela era “a primeira sentença, desde 1964, na qual a Justiça brasileira identifica, responsabiliza e condena funcionários que, a serviço da polícia política, praticaram crimes contra as leis do país e os direitos do homem” (CUNHA, 1980h, p. 80). Era, sem dúvida, um desfecho histórico para o longo trabalho jornalístico. Entretanto, também havia o que lamentar: embora condenados, os sequestradores Didi e Irno não chegariam a cumprir pena na cadeia, “beneficiados com *sursis* por não terem antecedentes criminais”, e poderiam inclusive “continuar servindo ao Dops fora dos limites de Porto Alegre” (CUNHA, 1980h, p. 80).

A ditadura perdera uma batalha importante, mas ainda vencia a guerra. Em 31 de dezembro, uma matéria curta informava que Irno havia sido absolvido em recurso, bem como o delegado Pedro Seelig - Didi Pedalada fora o único responsabilizado e, mesmo sem ter sido preso, tivera a pena reduzida. Irno e Seelig ainda haviam sido promovidos. Era inevitável encerrar a cobertura do Caso do Sequestro dos Uruguaios em tom amargo: “No Natal, Seelig, Pedalada e Irno festejaram em casa a absolvição e seus êxitos profissionais. Presos no Uruguai, Lilian e Universindo não puderam receber a visita de parentes” (CUNHA, 1980i, p. 24).

### 3 CONSIDERAÇÕES

A luta contra a impunidade do regime ditatorial, lamentavelmente, é travada até hoje pelos jornalistas brasileiros, desafiados por movimentos de desinformação e até mesmo louvor àquele período de terror e violação de direitos humanos. Nesse sentido, as características do jornalismo de revista e os traços distintivos da cobertura de *Veja* nos permitem, em olhar retrospectivo e em cotejo com as referências bibliográficas, ressaltar sua relevância jornalística e histórica.

“É importante destacar que o testemunho foi fundamental para possibilitar a condenação do terrorismo de Estado (SARLO, 2007) em ditaduras”, assinalam Maia e Barretos (2018, p. 217). Quando o testemunho decorre da vivência de um jornalista, essa contribuição adquire ainda mais alcance. No Caso do Sequestro dos Uruguaios, o caráter testemunhal não apenas permeia o vasto conjunto de 34 reportagens publicadas pela revista como ganha complemento, reflexão e perenidade no livro-reportagem de Cunha (2019). Trata-se de um esforço ímpar do jornalismo em denunciar a arbitrariedade e a opressão. Como resume Maria Jandyra Cunha,

[...] a violação do território brasileiro por agentes policiais e militares estrangeiros, que vieram sequestrar aqui oponentes políticos, não é uma questão de opinião ou mesmo interpretação. É uma verdade factual, com testemunhas e comprovação documental, que demonstrou a existência da Operação Condor e, sobretudo, sua atuação no Brasil com a complacência das forças de repressão que dominaram o país entre 1964 e 1985. (M.J. CUNHA, 2015, p. 152)

Angela Zamin (2019, p. 67) enfatiza que “*A los periodistas, observadores de las tragedias, de las acciones criminales que vulneran los derechos de una persona o de una colectividad, se les confía el dolor, una memoria que preservar, una historia por rescatar*”.

Compromisso que Cunha e seus colegas cumprem com brio na cobertura analisada, fazendo dela um legado ao jornalismo brasileiro.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BENETTI, Marcia. **A ironia como estratégia discursiva de Veja**. Líbero – Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero. São Paulo, ano X, n. 20, p. 37-46, 2007.

BENETTI, Marcia. Revista e Jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico de Mello B., SCHWAAB, Reges (orgs.). **A Revista e o seu Jornalismo**. Porto Alegre: Penso: 2013.

CARDOSO, Carla Rodrigues. **Contributos para uma História da Newsmagazine**. In: Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação 6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho).

CORRÊA, Thomaz Souto. A era das revistas de consumo. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tani Regina (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

CUNHA, Luiz Cláudio. **Operação Condor: O Sequestro dos Uruguaios – Uma reportagem dos tempos da ditadura**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

CUNHA, Luiz Cláudio. Onde estarão? **Veja**, São Paulo, p.34, 29.nov, 1978a.

\_\_\_\_\_. A viagem misteriosa. **Veja**. São Paulo, p. 29-31, 6.dez, 1978b.

\_\_\_\_\_. Mistério, ainda. **Veja**. São Paulo, p. 34, 13.dez, 1978c.

\_\_\_\_\_. Mais perto da verdade. **Veja**. São Paulo, p. 30-35, 20.dez, 1978d.

\_\_\_\_\_. Surge o primeiro nome. **Veja**. São Paulo, p. 12-13, 27.dez, 1978e.

\_\_\_\_\_. A polícia pede tempo. **Veja**. São Paulo, p. 32-34 3.jan, 1979a.

\_\_\_\_\_. Cada vez mais sério. **Veja**. São Paulo, p. 28-30, 10.jan, 1979b.

\_\_\_\_\_. Uma dúvida a menos. **Veja**. São Paulo, p. 21-17.jan, 1979c.



- \_\_\_\_\_. No final, nada certo. **Veja**. São Paulo, p. 22-23, 24.jan, 1979d.
- \_\_\_\_\_. Em banho-maria. **Veja**. São Paulo, p. 24-25, 31.jan, 1979e.
- \_\_\_\_\_. O 3º homem. **Veja**. São Paulo, p. 25, 7.fev, 1979f.
- \_\_\_\_\_. Em ritmo de férias. **Veja**. São Paulo, p. 26-27, 14.fev, 1979g.
- \_\_\_\_\_. Guazzelli reage. **Veja**. São Paulo, p. 30, 21.fev, 1979h.
- \_\_\_\_\_. Sob suspeição. **Veja**. São Paulo, p. 21, 28.fev, 1979i.
- \_\_\_\_\_. A vez do MDB. **Veja**. São Paulo, p. 17-18, 7.mar, 1979j.
- \_\_\_\_\_. Faltaram dois nomes. **Veja**. São Paulo, p. 27-28, 28.mar, 1979k.
- \_\_\_\_\_. É ela. **Veja**. São Paulo, p. 33, 4.abr, 1979l.
- \_\_\_\_\_. Cresce o bolo. **Veja**. São Paulo, p. 27, 11.abr, 1979m.
- \_\_\_\_\_. Didi subversivo. **Veja**. São Paulo, p. 36, 9.mai, 1979n.
- \_\_\_\_\_. Cartas da prisão. **Veja**. São Paulo, p. 26-29, 16.mai, 1979o.
- \_\_\_\_\_. Era mentira. **Veja**. São Paulo, p. 29, 18.jul, 1979p.
- \_\_\_\_\_. Mistificação. **Veja**. São Paulo, p. 30, 26.set, 1979q.
- \_\_\_\_\_. O homem que faltava. **Veja**. São Paulo, p. 20-23, 24.out, 1979r.
- \_\_\_\_\_. Imagem forjada. **Veja**. São Paulo, p. 31, 31.out, 1979s.
- \_\_\_\_\_. Um ano e nada. **Veja**. São Paulo, p. 30, 14.nov., 1979t.
- \_\_\_\_\_. Rotina suspeita. **Veja**. São Paulo, p. 17, 20.fev., 1980a.
- \_\_\_\_\_. Vítimas e réus. **Veja**. São Paulo, p. 16, 27.fev., 1980b.
- \_\_\_\_\_. Gradualismo uruguaio. **Veja**. São Paulo, p. 32-33, 19.mar 1980c.
- \_\_\_\_\_. A face do crime I. **Veja**. São Paulo, p. 20, 21.mai. 1980d.





\_\_\_\_\_. A farsa desmorona. **Veja**. São Paulo, p. 26-27, 11.jun. 1980e.

\_\_\_\_\_. Surge o quinto homem. **Veja**. São Paulo, p. 20-22, 18.jun. 1980f.

\_\_\_\_\_. A face do crime II. **Veja**. São Paulo, p. 24, 16.jul. 1980g.

\_\_\_\_\_. Verdade resgatada. **Veja**. São Paulo, p. 80-82, 30.jul. 1980h.

\_\_\_\_\_. Dezembro feliz. **Veja**. São Paulo, p. 24 31.dez. 1980i.

CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti. **Verdade factual e acontecimento: a narrativa jornalística testemunhal na memória da Condor**. Revista FSA, Teresina, v. 12, n. 4, art. 9, p. 142-157, jul./ago. 2015. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/931> Acesso em: 6. mai. 2021.

FURTADO, Thaís. O aprofundamento como caminho da reportagem de revista. In: TAVARES, Frederico de Mello B., SCHWAAB, Reges (orgs.). **A Revista e o seu Jornalismo**. Porto Alegre: Penso: 2013.

GUARESCHI, Pedrinho A., BIZ, Osvaldo. **Mídia e Democracia**. Evangraf: Porto Alegre, 2005.

JEUDY, Henri-Pierre. **A ironia da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

QUADRAT, Samantha Viz. **Operação Condor: O "Mercosul" do terror**. In: Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. XXVIII, n.1, p.167-182, junho de 2002.

QUARESMA, Erni. **O Globo**. Casal de uruguaiois é sequestrado em Porto Alegre. rio de Janeiro, p. 10, 21.nov.1978.

SCHWAAB, Reges. Revista e instituição: a escrita do lugar discursivo. In:TAVARES, Frederico de Mello B., SCHWAAB, Reges (orgs.). **A Revista e o seu Jornalismo**. Porto Alegre: Penso: 2013.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 4ª ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina (orgs.) **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

PILAGALLO, Oscar. **História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

VILLALTA, Daniella. **O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira**. Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.





ZAMIN, Angela. **Cuando el periodista es el testimonio en el centro del relato**. Verso e Reverso, 33(82):67-72, 2019. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2019.3382.07> Acesso em: 6.mai.2021.

*Original recebido em: 14 de maio de 2021*  
*Aceito para publicação em: 21 de janeiro de 2022*

*Paula Sperb*

Doutora em Letras pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) com estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra em Letras, Cultura e Regionalidade pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bacharela em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

*Felipe Boff*

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professor de Jornalismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).



Esta obra está licenciada com uma Licença  
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional

